
Saberes, poderes e os dilemas das relações socioambientais

Flávia Luciana Neves¹

Resumo

Em anos recentes, a expressão meio ambiente e a preocupação com o mesmo tornaram-se comuns, mas a problemática ambiental que hoje se firma como problema social e sociológico foi se construindo ao longo da história da humanidade, ganhando novas e distintas cores, desencadeando diferentes tipos de conflitos. Sob um aparente “consenso” em torno da importância do meio ambiente existem disputas de poder para definir, entre outras coisas, o significado do meio ambiente, as origens e soluções dos problemas ambientais e as formas de relacionamento entre sociedade e natureza, que influenciam todo o funcionamento da sociedade. Para avançar na discussão sobre este tema, um primeiro passo pode ser compreender que meio ambiente ou natureza não são tão “naturais” assim. Para isso, propõe-se discutir como se constroem as concepções predominantes sobre o meio ambiente, mediadas pela ciência e pela cultura capitalista. No âmbito mais concreto destacam-se os conflitos ambientais nas políticas públicas que têm reforçado a importância de mudanças nas relações de poder para se desenvolver uma política ambiental séria e consistente. Para elaborar esta discussão buscou-se apoio em reflexões de Pierre Bourdieu, Andrew Vincent, Karl Polanyi e Boaventura de Sousa Santos, entre outros.

Palavras-chave: relações socioambientais, conflitos, poder

Knowledge, power and the dilemma of social-environmental relations

Abstract

In the last years the expression environment and the concern in relation to it became common. However, the environmental question, nowadays a social and sociological problem, has been constructed along human history, gaining new and different aspects and leading to different types of conflicts. Under an apparent “consensus” about the importance of the environment there are power conflicts to define, among others, the meaning of environment, the origin and solutions of the environmental problems and the forms of relations between society and nature, which influence the entire functioning of the society. A first step to advance in the discussion about this theme may be understanding that environment or nature is not so “natural”. Therefore, we propose to discuss how the predominant conceptions about solid scope we point out the environmental conflicts in public policies that have been reinforcing the importance of changes in power relations so that a serious and consistent environmental policy can be developed. The elaboration of this discussion was supported by the thoughts of Pierre Bourdieu, Andrew Vincent, Karl Polanyi, Boaventura de Sousa Santos, among others.

Key words: social-environmental relations, conflicts, power

¹ Professora do DAE/UFLA, doutoranda em Ciências Sociais / Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade do CPDA/ UFRRJ

1 Introdução

A problemática ambiental tem sido amplamente discutida mas os avanços mais concretos na conservação do meio ambiente e na construção de uma sociedade sustentável são lentos. Entre as razões talvez estejam a própria amplitude e a fluidez do que se denomina problemática ambiental ou questão ambiental: diz muito, mas ao mesmo tempo, não esclarece o suficiente.

O aparente consenso sobre a problemática ambiental é perpassado por disputas de poder para definir, entre outras coisas, o significado, as origens e soluções dos problemas ambientais e as formas de apropriação e utilização da base material da sobrevivência humana que influenciam direta ou indiretamente todo o funcionamento da sociedade.

Este trabalho sistematiza muitas de minhas próprias inquietações e se propõe a compartilhá-las, ressaltando o que Bourdieu (2000) define como o “princípio do poder que se exerce” nas relações sociais e conflitos em torno da problemática ambiental. O primeiro passo neste sentido pode ser a compreensão de que o meio ambiente não é algo tão “natural” como muitas vezes se acredita.

2 Representação, construção social e meio ambiente

Meio ambiente pode parecer, em tempos recentes, uma noção simples e clara para a maioria das pessoas. Trata-se de uma expressão incorporada, e com grande força, ao senso comum, simbolizando freqüentemente algo dado, predefinido, natural, ignorando o fato de que seu significado é resultado de uma disputa de outras tantas percepções que o definem como “real”.

As representações sobre o meio ambiente, expressas como realidade, são construídas no embate entre diversas concepções e posições, muitas vezes extremas. A problemática ambiental foi assimilada pelo Estado, organizações não governamentais, empresas e movimentos sociais quer seja, como um objeto de regulação, um novo espaço de ação, uma exigência produtiva e social, uma bandeira de luta, etc. Se, por um lado, isso revela e estimula uma crescente disseminação da problemática ambiental para diferentes esferas da sociedade, também apresenta um quadro de múltiplos sentidos, interesses e demandas em torno deste tema. A prática, no entanto, evidencia o descompasso entre a ampliação dos debates, mudanças efetivas de comportamento e o desenvolvimento de ações para resolver os principais problemas que caracterizam a chamada crise ambiental.

Aquilo que identificamos como parte da realidade, assim como meio ambiente, não é uma leitura neutra de algo concreto e estável, mas o resultado de um conflito dinâmico que muitas vezes sequer percebemos e que institui as formas como nos relacionamos com a natureza. Nesse sentido, Bourdieu (2002: p. 118) afirma que:

“aprender ao mesmo tempo, o que é instituído, sem esquecer que se trata somente da resultante, num dado momento, da luta para fazer existir ou ‘inexistir’ o que existe, e as representações, enunciados performativos que pretendem que aconteça aquilo que enunciam, restituir ao mesmo tempo as estruturas objetivas e a relação com estas estruturas, a começar pela pretensão a transformá-las, é munir-se de um meio de explicar mais completamente a ‘realidade’, logo, de compreender e de prever mais exatamente as potencialidades que ela encerra ou, mais precisamente, as possibilidades que ela oferece às diferentes pretensões subjetivistas.”

Ilustra este processo a forma como a noção de meio ambiente é percebida e concebida ao longo da história. Problemas e degradação ambiental sempre existiram, porém, só mais recentemente, sobretudo nas últimas décadas do século XX, tais problemas ganharam um *status*

diferenciado nas nossas sociedades. Porém, esta concepção de mundo que privilegia a questão ambiental tem muitas variações e até mesmo oposições que coexistem em disputa por influenciar políticas, ações e comportamentos.

Há uma grande dificuldade em reconhecer o meio ambiente como algo socialmente construído e algo do qual as pessoas fazem parte. Uma das primeiras imagens que ocorrem às pessoas quando se menciona a expressão meio ambiente refere-se a elementos como ar, água, flora e fauna, ou seja, nas palavras de Morin, citado por Pena-Vega (2003), “*um molde geoclimático, tanto afirmativo como seletivo, no seio do qual as espécies vivem numa desordem generalizada...*”. Neste recorte as pessoas, são comumente excluídas da noção de meio ambiente ou o meio ambiente é excluído da vida social.

Vincent (1995) lembra que o que chamamos de meio ambiente é um sistema que inclui todas as coisas vivas e ainda o ar, a água e o solo que constituem seu hábitat e, portanto, a espécie humana é parte de uma estrutura extremamente complexa, diversificada e inter-relacionada da qual não podemos nos divorciar. Para este autor, a natureza é uma categoria social, produzida pela história: “*grande parte do nosso ambiente e da natureza (inclusive a natureza humana) tem uma relação causal com a pobreza, a doença, o trabalho alienante e, simplesmente, a necessidade de sobreviver em um sistema opressivo*” (Michael Redclift, citado por Vincent, 1995: p. 222).

Ainda que o meio ambiente seja tratado como algo socialmente construído, isso nem sempre é concretamente reconhecido pelas pessoas. Nesse sentido, vem a afirmação de Bourdieu (2002: p. 118), segundo a qual a realidade é uma representação que depende do conhecimento e do (re) conhecimento. “*O mundo social é também representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto*”. Esta lógica de diferenciação aplicada, a princípio, entre indivíduos e natureza, é usada também para distinguir alguns grupos humanos (com maior poder) de outros (com menor).

Goudsblom (2003) afirma que uma tendência básica em toda história humana e certamente durante suas primeiras fases (freqüentemente designadas como “pré-história”), tem sido o aumento da diferenciação entre humanos e todos os animais próximos em termos de seu comportamento, poder e sua orientação geral ou atitude – seu *habitus*¹. Segundo este autor, graças à flexibilidade adquirida no curso da evolução, seres humanos tornaram-se aptos a aprender um amplo repertório de novas formas de comportamento que garantem aos seres humanos poder *vis-a-vis* outros animais, ambos predadores e competidores. Transmitida por aprendizagem de geração a geração, aquelas inovações entraram no *habitus* humano e tornaram-se segunda natureza.

A religação entre meio ambiente e sociedade não é um processo que dependa exclusivamente do esforço ou mudança de valores individuais, uma vez que a construção de novos significados e comportamentos é resultado de complexas inter-relações sociais nas quais não prevalece nem o indivíduo e nem a sociedade. As mudanças neste sentido dependem tanto de fatores objetivos como subjetivos.

Esta complexidade das interdependências e das relações sociais pode ser compreendida por meio da idéia de figuração apresentada por Norbert Elias. “*Figuration, é uma formação social, cujas dimensões podem ser muito variáveis (...) os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões*”. (Elias, 2001: p. 13).

As decisões e mudanças não dependem exclusivamente da vontade das pessoas, nem são resultado de uma determinação maior, mas vão sendo construídas aos poucos em função dos movimentos e posições de cada grupo. No contexto específico da problemática ambiental, interdependência e equilíbrio de tensões são processos dinâmicos em que grupos e indivíduos procuram sobrepor suas visões e seus interesses a de outros grupos com os quais mantêm uma

¹ Habitus é definido por Norbert Elias como saber social incorporado, exteriorização de normas sociais interiorizadas (valores, modo de ser).

interdependência recíproca, seja na definição das prioridades de ação, no conteúdo das políticas públicas, etc.

Este processo se concretiza, segundo Bourdieu, no exercício de nomear coisas e situações, no *“ato de magia social de tentar dar existência à coisa nomeada [que] será bem sucedido quando aquele que o efetua for capaz de fazer reconhecer por sua palavra o poder que tal palavra garante por uma usurpação provisória ou definitiva, qual seja o poder de impor uma nova visão e uma nova divisão do mundo-social: regere fines, regere sacra, consagrar um novo limite”* (1996: p. 111).

Limite que se expressa, por exemplo, na delimitação física de uma reserva, na definição do seu uso, na forma de gestão de bacias hidrográficas, entre outras situações que são resultado, ainda que provisório, de conflito, de disputas nas quais prevalecem os interesses e o poder reconhecido de determinado grupo. Trata-se, ainda segundo Bourdieu (1996), de um estado de luta por classificações, ou seja, um estado da relação de forças materiais ou simbólicas entre aqueles envolvidos com um ou outro modo de classificação, os quais freqüentemente invocam, à maneira do que faz a ciência, a autoridade científica para fundar na realidade e na razão o recorte arbitrário que pretendem impor.

Ao discutir a definição de regiões, por exemplo, Bourdieu (1996a) reafirma a dificuldade de sustentar a existência de critérios objetivos capazes de fundar classificações ‘naturais’ em regiões ‘naturais’ separadas por fronteiras ‘naturais’. A realidade, afirma ele, é social de alto a baixo, e mesmo as classificações mais ‘naturais’ apóiam-se em traços que não têm nada de natural, sendo, em ampla medida, o produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima.

Esta separação entre natureza e sociedade não é fato específico deste tempo; há valores que marcam esta relação desde os primórdios da civilização (como já apontou Goudsblom) e que continuam influenciando comportamento e decisões.

Vincent (1995) destaca que, embora se atribua aos povos primitivos uma espécie de sabedoria ancestral que nos seria importante redescobrir, freqüentemente ignoramos o fato de que a mentalidade do “golpear e queimar” e o descaso com a poluição e a destruição do hábitat serem tão característicos dos seres humanos neolíticos quanto dos que hoje destroem florestas.

Segundo Herculano, citado por Fonseca (s.d.), remontam ao século XVI os primeiros questionamentos sobre a relação do homem com o meio ambiente, com as grandes navegações e a ampliação das fronteiras mundiais para novos continentes, contrapondo a cultura dos colonizadores europeus à cultura dos habitantes do novo mundo.

Vários relatos históricos mostram como a natureza representava o perigo, o obstáculo a ser vencido na promoção do desenvolvimento. Teixeira (2001: p. 46), ao discutir o significado das florestas, cita Thomas para quem a destruição dos ambientes selvagens simbolizava para muitos o triunfo da civilização: *“as florestas tinham sido sinônimo de rusticidade e perigo, como nos lembra o termo selvagem (relativo a silva – selva); os primeiros homens preferiam o campo aberto às florestas por sua segurança: era possível ver o que se aproximava e defender-se com antecedência”*.

Spix e Martius, narrando suas viagens, deixam claro que, junto à admiração científica ou filosófica pela natureza, traziam as pegadas do mundo civilizado, condenando o Novo Mundo à mesma relação de domínio/exploração/destruição.

“Quando o povo deitar abaixo as matas, esgotar pantanais, romper estradas por toda a parte, fundar vilas e cidades, e assim, pouco a pouco, triunfar da luxuriante vegetação e dos bichos daninhos, então todos os elementos da atividade humana virão ao seu encontro e o recompensarão plenamente” (Teixeira, 2001: p. 146).

A força destes valores foi apropriada em idéias, propostas como ideologia progressista, garantindo a permanência deste argumento em prol da instrumentalização do meio ambiental isolado do mundo social.

Revela-se, ao longo do tempo, uma natureza, segundo Santos (1997), “*una, mas socialmente fragmentada, durante tantos séculos (...) agora unificada pela História, em benefício de firmas, Estados e classes hegemônicas. Mas não é mais a Natureza amiga, e o Homem não é mais seu amigo*”.

A revolução industrial e científica no século XVIII e a ideologia consumista separaram ainda mais as pessoas do meio ambiente. Estes estilos de vida trazem a necessidade de ter recursos naturais disponíveis todo o tempo para atender ao fluxo de produção industrial.

Segundo Polanyi (2000), a tentativa de organizar a produção (interação do homem e da natureza) por meio de um mecanismo auto-regulador de permuta e troca fez com que homem e natureza se sujeitassem à oferta e à procura, passando a ser tratados como mercadorias. Porém, como afirma este autor, tradicionalmente, o trabalho e a terra não são separados: o trabalho é a parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado, não podendo ser reduzidos ao papel de mercadorias. Mesmo assim, esta idéia continua subjacente aos estilos de vida que adotamos.

Por outro lado, uma análise cuidadosa das três ou quatro últimas décadas revela uma mudança no *status* ocupado pela problemática ambiental no contexto político, social, econômico e cultural representado pelo maior interesse pela idéia de conservação do meio ambiente. Este processo, segundo Ponting (1995), decorre, provavelmente, de uma desilusão crescente com as conseqüências do desenvolvimento. Diversos fatores parecem ter convergido para isso. O movimento ambientalista, por exemplo, em suas diferentes expressões, contribui enormemente para a priorização do debate e a adoção de medidas concretas sobre a problemática ambiental. A entrada de novos atores no debate ambiental contribui para democratizar as decisões sobre o meio ambiente, mas ainda se revelam restritas em relação aos anseios e experiências da maioria das pessoas que terão de seguir as determinações resultantes da disputa de interesses de grupos que não têm condições de definir abstratamente as melhores opções de política e projetos para cada contexto socioambiental.

Pode-se falar no exercício de um poder simbólico que impõe um significado e uma posição ao meio ambiente que é imposta a determinados espaços e grupos, freqüentemente, sem conceber a dinâmica socioambiental específica e que oculta a violência deste processo. Bourdieu (2000) define poder simbólico como um poder (econômico, político, cultural ou outro) que está em condições de se fazer reconhecer, de obter o reconhecimento, ou seja, de se fazer ignorar em sua verdade de poder, de violência arbitrária. A eficácia própria desse poder é exercida não no plano da força física, mas sim no plano do sentido e do conhecimento, que perpassam todos os espaços e relações sociais.

A difusão e a naturalização da idéia de conservação ambiental criam obstáculos para uma discussão crítica sobre os diferentes contextos socioambientais. Ocorre, muitas vezes, uma despolitização do tema ambiental que expressa ainda a visão fragmentada e a polarização entre indivíduo e natureza. Além disso, ao longo do tempo, determinados grupos mantêm sua força adotando estratégias diferentes sobre este mesmo tema, o que lhes permite contribuir para a reprodução de um determinado padrão de funcionamento da sociedade, mantendo a ordem simbólica e política. É assim, por exemplo, que determinados setores produtivos, cujas atividades são muito prejudiciais ao meio ambiente, se organizam com discurso e proposta de “*cincho ecológico*” para influenciar a política ambiental e setorial e preservar assim os seus interesses. Dessa forma, repetem-se os mesmos grupos, com interesses antigos, mas com nova roupagem na definição das políticas e prioridades do país.

Bourdieu, citado por Teixeira (2000), afirma que na luta por fazer uma visão do mundo universalmente conhecida e reconhecida, a balança do poder depende do capital simbólico acumulado por aqueles que têm como objetivo a imposição de várias visões em disputa e principalmente ao fato de que essas visões estejam enraizadas na realidade. Assim, no que se refere à problemática ambiental, as visões predominantes são resultado de uma luta entre diferentes grupos que terão maiores chances de impor seus pontos de vista à medida em que seu capital simbólico seja maior e que as visões por eles defendidas encontrem mais facilmente respaldo em outros valores e idéias fortes presentes nas sociedades.

O capital simbólico, segundo Bourdieu (1996a), é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor. Mais precisamente, é a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido através de categorias de percepção, produtos da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição desse tipo de capital (como forte/frágil, grande/pequeno, rico/pobre, culto/inculto, etc.).

A forma como são definidos os significados e rumos do debate ambiental levam a crer que, mesmo com mudanças culturais que refletem um maior interesse das pessoas pelo meio ambiente e com o crescente esforço de aproximar o mundo natural e social que se reflete na expressão “socioambiental”, mudanças nas relações de poder, com a democratização das decisões e a incorporação daqueles que sofrerão diretamente as suas conseqüências são essenciais.

Nesse sentido é preciso repensar como se constroem, se legitimam e se cristalizam relações socioambientais na sociedade capitalista. O predomínio de determinadas visões de mundo e das condições para o exercício do poder não depende unicamente do capital simbólico de determinado ator ou grupo mas também de quão arraigadas estão estas visões na própria sociedade. Guimarães (2001) questiona por que é tão difícil fazer opções que sejam ecologicamente responsáveis, satisfaçam ao indivíduo conferindo-lhe simultaneamente poder social e prazer em situações cotidianas, como, por exemplo, quando o indivíduo tem que optar por um determinado tipo de bem disponível no mercado. Há, por trás das ações individuais e coletivas no que se refere à questão ambiental, razões, motivos, impulsos que nem sempre permitem a concretização de uma tendência ou pelo menos um discurso favorável à conservação ambiental.

Dois aspectos são relevantes para refletir sobre esta questão: compreender o papel da ciência e alguns princípios da dinâmica capitalista.

3 Ciência e técnica mediando as relações entre natureza e sociedade

Ao longo da história, o conhecimento científico foi tratado como verdade absoluta, norteando os caminhos e escolhas de diferentes sociedades. Mesmo sem realizar todas as promessas de melhoria da qualidade de vida para todas as pessoas, esta ciência com pretensões universais, vinculada à realização do progresso, continua a mediar, a funcionar como um parâmetro das relações do sociais. Mas este papel da ciência deve ser sempre analisado à luz do processo de construção do conhecimento que “...*não pode comportar em si mesmo a idéia de certeza e/ou de verdade, mesmo sendo um conhecimento totalmente adquirido, sem colocar em questão os princípios organizadores desse conhecimento*” (Pena-Vega, 2003: p. 55).

Para Bourdieu (1996a), tão logo é retomado nas lutas entre classificações que se esforça por objetivar, o discurso científico passa a funcionar na realidade dessas mesmas lutas: esse está fadado, portanto, a aparecer como crítico ou cúmplice, conforme a relação cúmplice ou crítica que o próprio leitor mantém com a realidade descrita. Assim, o simples fato de mostrar pode funcionar como uma maneira de apontar com o dedo, de pôr no índice, de acusar, ou, ao contrário, como uma maneira de fazer ver e fazer valer. Consagrar um estado das divisões e da visão das divisões, o efeito simbólico exercido pelo conhecimento e pelo reconhecimento, os chamados critérios “objetivos” (os mesmos conhecidos pelos eruditos) são utilizados como armas: eles designam os traços sobre os quais pode fundamentar-se a ação simbólica de mobilização com vistas a produzir a unidade ou a crença nessa unidade.

A ciência funciona como um instrumento para eliminar conflitos, como uma visão inquestionável e definitiva para legitimar decisões. Como um domínio de poucos, a ciência é um elemento de peso fundamental na balança de poder. Com a maior divulgação de seus avanços, o conhecimento científico aproxima-se mais do senso comum, regulando mais diretamente a vida das pessoas, seus hábitos, seus relacionamentos, seus medos, suas ações. Em outros casos, o

conhecimento científico, por meio de técnicas, entra em choque com o saber popular, com a dinâmica sociocultural de pessoas e grupos que se vêem pressionados a mudar seus modos de vida sem uma explicação concreta.

Para Chauí (1982), o homem passa a relacionar-se com a vida, com seu corpo, com a natureza e com os demais seres humanos por meio de mil pequenos modelos científicos nos quais a dimensão propriamente humana da experiência desapareceu. Em seu lugar surgem milhares de artifícios mediadores e promotores de conhecimento que constroem cada um e todos a se submeterem à linguagem do especialista que detém os segredos da realidade vivida e que, indulgentemente, permitem ao não-especialista a ilusão de participar do saber. Esse discurso competente² não exige uma submissão qualquer mas a interiorização de suas regras, pois aquele que não as interiorizar corre o risco de ver-se a si mesmo como incompetente, anormal, a-social, como detrito e lixo.

Ao mediar as relações entre natureza e sociedade, a ciência freqüentemente impõe uma forma específica de viver, que pode levar à perda de informações, técnicas, tradições, biodiversidade, identidades. Perdas significativas que dificultam a compreensão da dinâmica socioambiental e o desenvolvimento de estratégias para garantir as condições de vida, não apenas para alguns grupos e lugares, mas para todo o planeta.

Santos (2000) elabora uma crítica epistemológica da ciência moderna e da sua concepção de natureza como *res extensa*, sem subjetividade nem dignidade, regida por leis mecânicas, um recurso infinito para ser explorado e manipulado ao sabor da vontade humana. Segundo ele, a partir do momento em que a ciência moderna se converteu em principal força produtiva do capitalismo, essa concepção da natureza tornou-se uma legitimação ideológica da transformação da natureza numa condição de produção, quer sob a forma dos “recursos naturais”, quer como “ambiente natural”.

A ciência difunde-se a partir de variadas técnicas por meio das quais os atores sociais transformam o meio em que vivem, com os mais variados objetivos, que nem sempre são considerados na definição da técnica. De acordo com Acselrad, citado por Teixeira (2001), aquilo que as sociedades fazem com seu meio material não resume-se a satisfazer carências, superar restrições materiais, mas consiste também em projetar no mundo diferentes significados – construir paisagens, democratizar ou segregar espaços, padronizar ou diversificar territórios sociais, etc.

Segundo Santos (1997), a técnica é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno. Esta situação contribui para que vivenciemos hoje a falsificação e a espetacularização dos eventos, dos fatos que, muitas vezes, perdem suas raízes sociais e cotidianas e adquirem um significado completamente abstrato e mesmo distante da realidade. Na questão do meio ambiente, que revela essa faceta da história contemporânea, essa ancoragem chama-se buraco de ozônio, efeito-estufa, chuva ácida; e a ideologia se corporifica no imenso território da Amazônia. Nas palavras do autor:

“se antes a natureza podia criar o medo, hoje é o medo que cria uma natureza mediática e falsa, uma parte da natureza sendo apresentada como se fosse o Todo. Agora, quando o natural cede lugar ao artefato e a racionalidade triunfante se revela através da natureza instrumentalizada, esta, portanto, domesticada, nos é apresentada como sobrenatural. O homem se torna fator geológico, geomorfológico, climático e a grande mudança vem do fato de que os cataclismos naturais são um incidente, um momento, enquanto hoje a ação antrópica tem efeitos continuados, e cumulativos, graças ao modelo de vida adotado pela humanidade. Conseqüentemente, a esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo” (Santos, 1997: p. 19).

Pena-Vega (2003: p. 22) cita Goodwin, para quem:

² Aquele discurso que pode ser proferido, ouvido, aceito como verdadeiro ou autorizado porque perdeu os laços com o lugar e o tempo de sua origem (Chauí, M. 1982).

“a crise do meio ambiente testemunha a profunda e dramática incapacidade da ciência dita universal para fornecer uma visão de mundo compatível com as aspirações ou necessidades do homem. Em outras palavras, a ciência clássica parece incapacitada diante da imensidão e da dificuldade que tal tarefa representa”.

De certa forma, é porque a própria ciência ignora os anseios, expectativas e experiências das pessoas que estas perdem importância como agentes até mesmo de suas próprias vidas. Segundo Chauí (1982), a condição para o prestígio e para eficácia do discurso da competência como discurso do conhecimento depende da afirmação tácita e da aceitação da incompetência dos homens como sujeitos sociais e políticos. Para que esse discurso possa ser proferido e mantido, é imprescindível que não haja sujeitos, mas apenas homens reduzidos à condição de objetos sociais.

Estas idéias reforçam a importância da mudança nas relações de poder, da passagem de uma condição de passividade para uma condição de agente por parte daqueles que vivem na interdependência direta e indireta com a natureza nos locais onde se pretende intervir e que dispõem de conhecimentos e experiências que podem se constituir num saber essencial para pensar o que é esta realidade.

Tal processo exige mudanças fundamentais. Por exemplo, para Chauí (1982), o saber é o trabalho para elevar à dimensão do conceito uma situação de não-saber, isto é, a experiência imediata cuja obscuridade pede o trabalho da classificação. Só há saber quando a reflexão aceita o risco da indeterminação que o faz nascer, quando aceita o risco de não contar com garantias prévias ou exteriores à própria experiência e à própria reflexão que a trabalha.

Mesmo que se tenha o mapa, nem sempre se consegue enfrentar o caminho e alcançar o que se planeja. Na prática, no cotidiano, enfrentam-se dilemas enraizados na cultura e dinâmica social, que impedem a realização de projetos, de experiências de saberes múltiplos.

4 As trilhas do capitalismo

O sistema capitalista envolve não apenas relações econômicas e de mercado, mas cultura, comportamentos, relações sociais e a forma de apropriação e uso dos recursos naturais. Não há, portanto, como pensar o papel desempenhado pelo meio ambiente, bem como as mudanças ocorridas nas estratégias de ação que envolvem este tema, sem discutir as relações sociais no capitalismo.

Segundo Santos (1999), a pretensão da modernidade capitalista é a de que o trabalho humano incida sobre a natureza inerte. Ao contrário, o trabalho humano confronta-se permanentemente com o trabalho da natureza e compete com ela. A concorrência é desleal sempre que o trabalho humano é apenas garantido à custa da destruição do trabalho da natureza.

Santos (2000) afirma que, embora a “espoliação” da natureza fosse considerada por Marx uma das condições da riqueza capitalista, sendo a outra a exploração do trabalho, e embora a destruição do ambiente tenha sido reconhecida como consequência inevitável da acumulação capitalista e da expansão do mercado, os marxistas prestaram, até há bem pouco tempo, uma atenção escassa à arrogância ecológica do capitalismo. Tal situação está enraizada na ideologia do produtivismo, do cientificismo e do progresso, caucionadora da expansão econômica infinita, ideologia que dominou quer o marxismo clássico, quer o liberalismo clássico. Nas duas últimas décadas, porém, fizeram-se alguns esforços para integrar a exploração do trabalho e a destruição da natureza na mesma dinâmica contraditória de desenvolvimento do capitalismo.

Um destes esforços citados por Santos (2000) foi o de O'Connor, (abordagem designada de ‘polanyista-marxista’) que se propõe a desenvolver um ‘marxismo ecológico’. Segundo esta perspectiva, o capitalismo, como modo de produção, desenvolve-se por meio de duas

contradições. A primeira contradição é simbolizada pela taxa de exploração e exprime o poder social e político do capital sobre o trabalho, bem como a tendência intrínseca do capital para uma crise de sobre-produção. A segunda contradição centra-se na categoria de 'condições de produção', designando com isso 'tudo o que é tratado como se fosse mercadoria apesar de não ter sido produzido como mercadoria segundo a lei do valor ou a lei do mercado'. Esta contradição que se exprime como uma crise de subprodução reside na tendência do capital para fragilizar ou destruir as suas próprias condições de produção, na medida em que as constantes crises provocadas pelo aumento dos custos conduzem sempre a novas tentativas de reestruturação das condições de produção para reduzir os custos.

Com base nesta análise, Santos (2000) afirma que quanto mais o capital explorar o trabalho mais explorará a natureza. Ao mesmo tempo, esta afirmação reforça a necessidade de mudanças nas relações sociais, ou melhor nas relações de poder, para que se possa pensar em garantir um lugar digno para as pessoas e a conservação da natureza.

Interessante notar que não se trata de um problema restrito à esfera da produção. As práticas, valores ou *habitus* comuns ao espaço da produção, como apontados por Santos, penetram em outros espaços, transformando-se em parâmetros para guiar nossas vidas. Isso ocorre porque há uma interdependência entre todas as instâncias da vida que se interconectam e se influenciam; da mesma forma que o espaço da produção ultrapassa fronteiras, também as experiências de outros espaços refletem no espaço da produção.

Castells (1999) apresenta como elementos perpetuadores das relações sociais convencionais, no capitalismo, o predomínio de determinados padrões de tempo e espaço. Segundo o autor, o tempo é um elemento importante na análise da crise ambiental e na percepção das pessoas sobre o meio ambiente. O tempo intemporal, característico de processos dominantes em nossas sociedades, ocorre quando elementos de um determinado contexto, a saber, o paradigma informacional e a sociedade em rede, provocam uma perturbação sistêmica na ordem seqüencial dos fenômenos ocorridos naquele contexto. A eliminação da continuidade das seqüências dá origem a um *timing* não diferenciado, destruindo assim o conceito de tempo. Em nossas sociedades, a maioria dos processos básicos dominantes é estruturada no tempo intemporal, muito embora a maioria das pessoas seja dominada pelo tempo cronológico.

O ideal seria adotarmos e vivermos a perspectiva de tempo concebida e proposta na prática social: o tempo glacial que, na formulação original de Lash e Urry, implica que *"a realização entre o homem e a natureza é um processo evolucionário e de longo prazo. Tal relação se projeta para trás na história imediata da humanidade e para a frente em direção a um futuro totalmente não especificado"* (Castells, 1999: p. 157).

Em relação ao espaço, prevalece o dilema entre o local e global, o micro e o macro, etc. A ênfase dada pelos ecologistas à localidade e ao controle praticado pelas pessoas sobre seus próprios espaços de existência, por exemplo, constitui um desafio aos mecanismos básicos de um novo sistema de poder. O localismo ambiental, afirma Castells (1999), contesta justamente a perda da relação entre essas diferentes funções ou interesses, submetidas ao princípio de uma representação mediada pela racionalidade técnica e abstrata exercida por interesses comerciais desenfreados e tecnocracias sem qualquer tipo de compromisso ou responsabilidade. A defesa do localismo implica no direito, no reconhecimento da importância das pessoas intervirem nas decisões sobre seus ambientes vitais. As pessoas que vivem no e do espaço devem poder decidir também sobre o seu destino, refletindo a relação que possuem com o meio ambiente.

Reflexões sobre os elementos componentes da nossa estrutura social ajudam a fugir de um "ciclo avaliatório" viciado pela idéia de que algumas coisas são preestabelecidas. Por exemplo, a ciência inquestionável, o progresso é a única alternativa; é preciso correr contra o tempo, a natureza depende exclusivamente de nós, etc. Assim, é possível questionar os processos em lugar de apenas as decisões e repensar formas de intervenção mais abertas e próximas do que se pode chamar de "complexidade socioambiental" a partir da construção de novas relações de poder.

5 A explicitação dos conflitos sobre o meio ambiente

O mapeamento dos conflitos em torno do meio ambiente no Brasil e as disputas de poder que eles expressam podem levar a diversos caminhos. Uma de suas principais frentes de disputa está no espaço das políticas públicas e na ação dos movimentos sociais. Apesar das muitas conquistas destes movimentos, a análise dos conflitos e seus resultados revelam o peso das diferenças de poder na definição das formas da apropriação dos recursos naturais e, conseqüentemente, na estrutura social.

De acordo com Acsehrad (2001), na história da apropriação da natureza no Brasil, saltará aos olhos o fato de que, a cada passo da construção nacional, tanto no uso do território como na constituição das instituições políticas, o interesse de poucos se impôs ao mundo de todos. Desde a conquista colonial, passando pela ocupação das terras indígenas, pela exploração dos recursos naturais pela metrópole, pela formação intersticial de um mercado doméstico, o trabalho de muitos fez do território brasileiro um mundo para poucos. Por muito tempo, o poder sobre os homens foi condição do poder sobre o território e seus recursos.

Ferreira (1996), acreditando também no impacto da desigual distribuição de poder e recursos no Brasil, reafirma a necessidade de um novo contrato social em torno da utilização dos recursos naturais. Para a autora, tal tarefa está impregnada das exigências de rever conceitos estruturados através de séculos e rediscutir as relações entre categorias sociais, “*na tensão permanente, mas muitas vezes velada, entre valores corporativos e universalistas, interesses individuais e coletivos, condutas imediatistas e aquelas que tentam esboçar o futuro*” (p. 241).

Não é fácil, no entanto, explicitar os interesses que estão por trás dos posicionamentos que definem o contrato social convencional e mesmo inserir novos interesses no processo de negociação. Esta dificuldade ocorre, segundo Bourdieu (1996b), porque certos *habitus*³ acham as condições de sua realização, e até mesmo do seu desenvolvimento, na lógica do aparelho; ou, inversamente, a lógica do aparelho “explora” em seu proveito as tendências inscritas nos *habitus*.

Tal processo pode refletir na definição das políticas públicas para o meio ambiente ou de outros setores. Acsehrad (2001) destaca a redução da dimensão ambiental das políticas públicas, ao que alguns denominam de mecanismos simbólicos de “administração das representações da Natureza”, abdicando, portanto, de considerar o caráter integrado entre os processos sociais territorializados, a dinâmica reprodutiva dos ecossistemas e a construção dos direitos ambientais da população.

Nesse sentido, e não sem conflito, a política ambiental acaba reforçando, por meio da normatização, a fragmentação do meio ambiente, resultado das pressões daqueles que detêm maior poder com medidas que Acsehrad chama de “funcionalização do espaço territorial”, “naturalização da natureza”.

Além das instâncias de decisão política, esse processo talvez possa ser observado na atuação da mídia, por exemplo. Ainda que os meios de comunicação do Brasil tenham contribuído para disseminar a problemática ambiental, a noção de meio ambiente que freqüentemente está implícita ou explícita em muitas de suas formas de expressão, restringe-se a uma concepção restrita, de preservação da fauna e da flora, “a divulgação de santuários intocados”. Através de grande parte da mídia se processa uma banalização da crise ambiental e o meio ambiente é exposto, cada vez mais, como um produto mercadológico. A “espetacularização” do meio ambiente não questiona a problemática ambiental em que vivemos a não ser em raros momentos.

Por trás de tudo isso, parece prevalecer a idéia de que meio ambiente é uma mercadoria. Uma visão muito perigosa, segundo Polanyi (2000), para quem permitir que o mecanismo de mercado seja o único dirigente do destino dos seres humanos e do seu ambiente natural, e até mesmo o árbitro da quantidade e do uso do poder de compra, resultaria no desmoronamento da

³ “O *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista). O *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural, mas sim o de um agente em ação: (...)” (Bourdieu, p. 21, 2000: 61)

sociedade. A natureza seria reduzida a seus elementos mínimos, conspurcadas as paisagens e os arredores, poluídos os rios, a segurança militar ameaçada e destruído o poder de produzir alimentos e matérias-primas.

No caso brasileiro, observa-se que tal subordinação persiste com grande força em meio a alguns avanços. Como afirma Acselrad (2001), o peso da estratégia de estabilização monetária no conjunto das políticas governamentais foi deixando claro, mesmo para setores do próprio governo, que o país não conseguiria implantar o que se poderia considerar uma “política ambiental integrada”. A despeito dessas percepções coletivas, o que não se havia conseguido ainda evidenciar eram as forças mais profundas que vinham desarmando, para além do descompromisso dos governantes, qualquer possibilidade de o governo fazer política ambiental na perspectiva democrática ou, com maior razão ainda, fazer políticas econômicas e territoriais que contemplassem a dimensão ambiental de um desenvolvimento democratizado.

Este contexto em que divulgam-se e aplaudem-se mudanças na política e na legislação ambiental, sem discutir as estratégias parciais que elas ocultam ou que distorcem estes instrumentos na prática, pode ser caracterizado pelo termo “conservacionismo dinâmico”. Ou seja, trata-se da estratégia caracterizada pela aceitação inicial do discurso da preservação ambiental, seguida de sua contenção e de seu isolamento no interior de uma máquina burocrática sem poder (Guimarães, 2001), que orientou a montagem do arcabouço institucional das políticas ambientais brasileiras que refletiu o duplo esforço de absorção governamental das primeiras lutas sociais automeadas “ambientais” e de montagem de um pacto intragovernamental de gestão política das grandes transformações materiais em curso no território nacional. A questão era, pois, muito menos pactuar interesses contraditórios de múltiplos sujeitos do que constituir um sujeito único do meio ambiente na diversidade de frações da burocracia estatal – constituir um “meio ambiente do Estado”, apropriado ao modelo de desenvolvimento expansivo baseado no grande aporte de financiamentos externos e na montagem de pesado complexo infra-estrutural.

Neste cenário, a participação, a construção conjunta e específica de alternativas, o rompimento da barreira entre conservação da natureza e valorização das pessoas raramente são levados a sério. Santos (1997) destaca o empenho com que nos convocam para tratar, seja como for, as questões do meio ambiente, sem que um espaço maior seja reservado a uma reflexão mais profunda sobre as relações, por intermédio da técnica, seus vetores e atores, entre a comunidade humana assim mediatizada e a natureza, assim dominada, é típico de uma época e tanto ilustra os riscos que corremos, como a necessidade de, em todas as áreas do saber, agir com heroísmo, se desejarmos poder continuar a perseguir a verdade.

Compreender as forças e interesses envolvidos nas relações socioambientais não torna a tarefa de promover mudanças mais simples, nem garante resultados satisfatórios e positivos para todos. Abre-se espaço para o desenvolvimento do que Santos (2000) denomina relações emancipatórias que não são absolutas, mas que implicam sempre em novos equilíbrios (dinâmicos) de poder.

6 Mudança e utopia

A crise socioambiental é um fato aceito e construído pela própria sociedade que encontra grandes dificuldades para superá-la. Não se trata apenas de uma crise da natureza, mas de uma crise social, uma crise das relações humanas que não se resolve com paliativos para os problemas sociais mais prementes e exige uma reflexão mais profunda sobre nossos modos de viver.

Segundo Ferreira (1996), o problema central parece ser o sentimento atual e coletivo de perda de sentido da natureza. A natureza objetivada, resultado do processo de dessacralização, esgotou-se em si mesma. Essa natureza reconhecida como sujeito, que não é só cultura, mas

também não é homem. Esse homem que não é natureza, mas também é cultura, ambos exigem renominações.

A ciência e tecnologia têm limites; não podem resolver todos os problemas, para todas as pessoas em qualquer lugar do planeta. As instâncias governamentais enfrentam limitações de poder vistas, muitas vezes, segundo Vincent (1995), como uma mão na luva para a indústria de poder, controlando efetivamente a informação sobre o colapso ambiental, através de múltiplas técnicas do sigilo, da dissimulação científica e das campanhas de relações públicas. O estilo de vida da sociedade capitalista provoca cada vez mais insatisfação. As grandes mudanças, as soluções de cima para baixo estão escassas e desacreditadas.

Simultaneamente ocorrem no cotidiano “pequenas grandes” iniciativas que procuram, a partir de uma visão mais humana do meio ambiente, solucionar problemas que sequer fazem parte do repertório de prioridades comumente defendidas pelas instâncias de maior poder decisório sobre a temática socioambiental. Muitas destas experiências partem da bagagem de conhecimentos e saberes das pessoas que vivem num contexto cuja história, implicações, limites e potenciais conhecem. Daí podem surgir novas formas de trabalho, de relação social, familiar, de contato e de cuidado com a natureza, práticas que refletem autonomia, uma experimentação consciente sobre novos arranjos e relações socioambientais.

Esta é uma entre tantas formas de pensar em alternativas para a crise socioambiental, que podem ser construídas, como de fato são, só que a partir de relações de poder menos desiguais, criando a oportunidade para que valores “pró-meio ambiente” já existentes na sociedade (Castells, 1999; Leff, 2001) possam se concretizar. Este seria um caminho para incluir ao em vez de excluir, ou de, nas palavras de Milton Santos (1997), *unir ao invés de unificar*.

7 Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In.: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas lingüísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: EDUSP, 1996a.

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, P. **O campo simbólico**: a dominação simbólica da dominação. Campinas: Papyrus, 2000.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996b.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. V. 2, São Paulo: Paz e Terra, 1999 v. 2.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: O discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1982.

ELIAS, N. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERREIRA, L. da C. Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania. In.: FERREIRA, L. da C.; VIOLA, E. (Orgs.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

FONSECA, S. de M. **Movimento ambientalista e desenvolvimento sustentável, um breve histórico**. Disponível em: <http://www.race.nuca.ie.ufrj.br/eco>. Acesso em: 02 jan. 2003.

GOUDSBLOM, J. **The expanding anthroposphere**. 2003. (texto-base para conferência).

GUIMARÃES, R. P. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In.: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N. (Orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PENA-VEGA, A. **O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PONTING, C. **Uma história verde do mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Corte, 2000.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1997.

TEIXEIRA, C. S. **Florestas sociais: uma resposta à destruição das florestas tropicais?** 2001. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

VINCENT, A. **Ideologias políticas modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

ARTIGO

Recebido em: 05/03/04

Aprovado em: 21/07/04